

Do extrativismo digital à co-criação¹

Encruzilhadas contra-hegemônicas entre os campos do design e da comunicação

Palavras-chave: Colonialismo digital, Decolonialidade, Design digital.

Elígia Filgueiras de Freitas; Universidade Federal de Pernambuco; Recife, Pernambuco, Brasil; eligiafilgueiras@gmail.com

Maria Cristina Ibarra; Universidade Federal de Pernambuco; Recife, Pernambuco, Brasil; cristina.ibarra@ufpe.br

1. Introdução

Toda história é sobre poder (Adichie, 2019). Partimos dessa constatação para encarar um campo profissional/acadêmico que nasceu imerso em relações de dominação. O design está enraizado em três processos constitutivos do capitalismo: industrialização, globalização e urbanização (Cardoso, 2003). Esses processos, transplantados para o digital, geraram uma prática que vende neutralidade, enquanto torna corpos-territórios invisíveis na automatização de dados que sustentam a economia digital (O'Neil, 2016).

A Tecnologia Digital (TD)² tem origem ligada a interesses militares e corporativos (Okido, 2021) e hoje é controlada por conglomerados transnacionais que operam modelos algorítmicos hegemônicos e lucrativos (O'Neil, 2016; Silva, 2022). Esses sistemas transformam nossos rastros digitais em ativos financeiros, caracterizando o colonialismo de dados. No Brasil, passamos em média 9 horas por dia diante de telas (ABRANET, 2025), divididos entre trabalho e atenção gratuita a feeds moldados por designers para reter usuários e gerar lucro.

¹ Agradecimentos às professoras Sofia Cavalcanti Zanforlin e Mônica Panis Kaseker, pois este ensaio foi inspirado nas leituras e debates feitos na disciplina Interculturalidades, Interseccionalidades e Decolonialidades na Pesquisa em Comunicação no Programa de Pós-graduação em Comunicação na UFPE, unidas às leituras e debates feitos na disciplina de Design e Questões contemporâneas ministrada pela professora Maria Cristina Ibarra no Programa de Pós-graduação em Design também da UFPE.

² Utilizamos o termo tecnologia digital porque reconhecemos que além da digital, existem inúmeras outras, como tecnologias ancestrais, por exemplo.

V COLÓQUIO DE PESQUISA EM DESIGN E ARTES

5, 6 e 7 de novembro 2025

Nós fazemos as coisas e as coisas nos fazem (Escobar, Osterweil, Sharma, 2024); os artefatos que projetamos nos projetam de volta, muitas vezes consolidando os interesses de quem detém o poder³. Esses interesses, por vezes, estão atrelados a lógicas extrativistas que são herança direta da lógica da colonialidade que persiste desde a Modernidade até a contemporaneidade atual, constituindo-as (Mignolo, 2017).

As raízes extrativistas, manipulativas e exploratórias das TDs têm herança direta da colonialidade do poder, ser e saber (Quijano, 2005). Ao naturalizar a exploração de dados e a homogeneização cultural, a colonialidade sustenta a continuidade de um projeto civilizatório que separa mente e corpo, sujeito e objeto, Norte e Sul.

Spivak (2018) evidencia como essa Modernidade/Colonialidade retira a autonomia das vozes subalternizadas e, pior, coloniza até o imaginário de quem pretende falar em nome delas. Em seu desmonte da suposta neutralidade intelectual, a autora recupera Althusser para expor o núcleo ideológico da reprodução social:

“A reprodução da força de trabalho requer não apenas uma reprodução de suas habilidades, mas também e ao mesmo tempo, uma reprodução de sua submissão à ideologia dominante [...] nas e por meio das palavras.” (Althusser *apud* Spivak, 2018, p. 33)

No design digital, essa submissão à ideologia dominante se renova cotidianamente. Sob o amplo guarda-chuva do UX (Figura 1), designers ocupam papéis de pesquisa, arquitetura da informação, design de interfaces e produtos. Em cada papel desempenhado como designers, aprendemos que devemos aplicar leis psicológicas de percepção, princípios de persuasão e métricas de engajamento que condicionam usuários a fluxos predeterminados.

Eu Elígia, falo, portanto, do meu lugar de designer-digital-pesquisadora que se recusa a legitimar essa sujeição algorítmica. Inspiradas por práticas de resistência à colonialidade, propomos neste artigo imaginar formas de subverter a pesquisa e a prática do design digital em um diálogo crítico com a área da comunicação. Em vez de desenvolvimento, buscamos envolvimento — que Bispo dos Santos (2023) chama de enraizar o conhecer nos territórios e nos corpos que lhe dão sentido.

³ Exemplo disponível em: <<https://www.intercept.com.br/2025/07/07/chatgpt-quer-virar-arma-de-trump-na-disputa-contr-a-china>>

V COLÓQUIO DE PESQUISA EM DESIGN E ARTES

5, 6 e 7 de novembro 2025

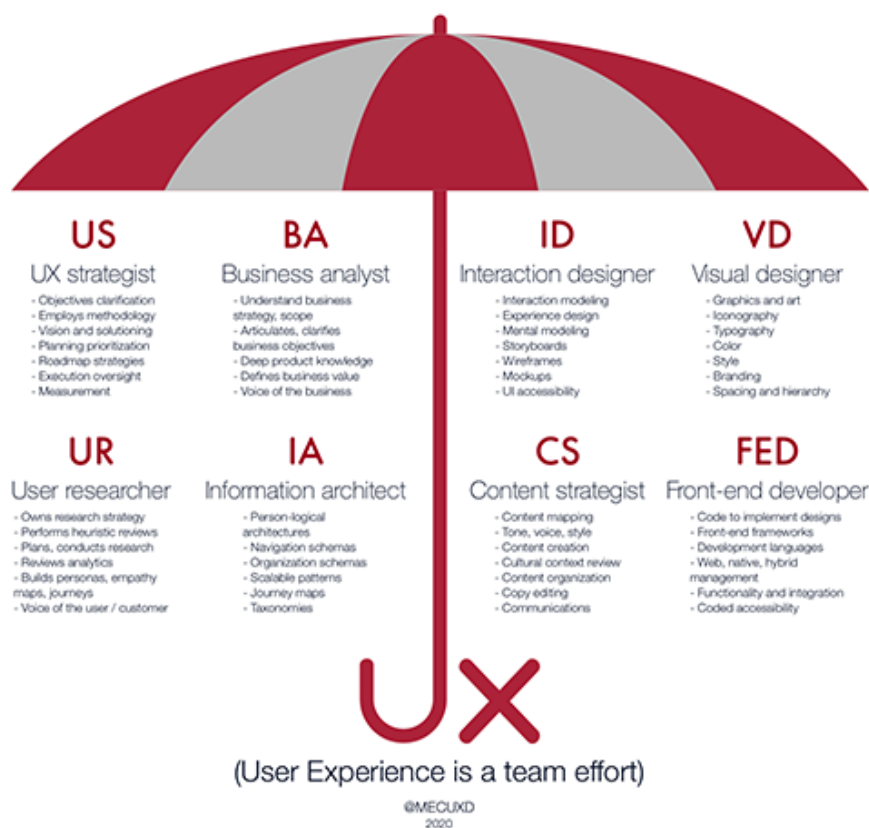


Figura 1 – Guarda-Chuva do UX Design
Fonte: Accurate Software (2021)⁴

Este artigo tem como intuito compreender como práticas projetuais podem se deslocar de lógicas extrativistas para modos de co-criação a partir do território e dos saberes situados. Pretendemos articular teoria e experiências insurgentes – como cartografias sentimentais, ações como sentipensar o design e a busca de uma transição pluriversal para o campo – que apontem caminhos capazes de repensar o papel do design na contemporaneidade. Dessa forma, este trabalho contribui para uma reflexão crítica sobre o design digital, evidenciando alternativas epistemológicas às práticas dominantes. Estrutura-se em introdução, desenvolvimento e considerações finais com propostas para a prática de designers que sentipensem, resistam e re-existam.

⁴ Disponível em: <<https://blog.accurate.com.br/guarda-chuva-de-ux>>

2. Desenvolvimento

A leitura de Aníbal Quijano (2005) nos deu uma chave para pensar os atravessamentos entre design digital e poder: a colonialidade não é um resquício do passado, mas a lógica que organiza o presente. Para ele, a colonialidade do poder estrutura as relações sociais, políticas e epistêmicas por meio da imposição de uma racionalidade eurocentrada, hierárquica e binária. Essa racionalidade ainda molda modos de produção de conhecimento e, sobretudo, os modos de produção técnica — a própria TD.

A Tecnologia Digital (TD) não é neutra: desde sua origem militar e corporativa (Okido, 2021), é moldada por interesses hegemônicos que operam modelos algorítmicos lucrativos (O’Neil, 2016; Silva, 2022). Essa lógica sustenta o colonialismo de dados (Souza, Cassino, Silveira, 2021), no qual plataformas extraem rastros digitais, preveem comportamentos e controlam ações humanas, convertendo vidas em ativos financeiros. A ideologia colonial se atualiza, colonizando não só territórios físicos, mas também atenções, desejos e memórias, apagando a alteridade: corpos dissidentes, territórios desconectados e cosmologias que escapam aos modelos preditivos.

Bispo dos Santos (2023) ensina que não se separa corpo de território, nem o saber da vida. Isso confronta o design digital massificado das *bigtechs*, que fragmenta a experiência humana em microações mensuráveis, quantificáveis e monetizáveis. O corpo, nesse modelo, é interface — não presença. O território é mapa — não chão vivido. A memória é dado — não narrativa.

E, ainda, o que é feito? Treinam pessoas a alimentar inteligências artificiais e aprendizados de máquina com a mesma lógica extrativista, “ensinando” máquinas a repetir e refinar padrões coloniais. O colonialismo de dados é, como afirmam Souza, Cassino, Silveira (2021), não só controle, mas devastação. Tramita hoje, no Congresso, a PL 2630/2020 (“PL da Devastação”), que propõe tratar dados pessoais como recurso natural estratégico, evidenciando a continuidade da lógica colonial: tudo pode ser extraído, minerado, apropriado.

V COLÓQUIO DE PESQUISA EM DESIGN E ARTES

5, 6 e 7 de novembro 2025

Esse extrativismo digital se materializa, por exemplo, nos novos *datacenters*⁵ a serem construídos no Ceará – onde, eu Elígia, nasci e cresci – como o de Caucaia, que consumirá 864 milhões de litros diários (Diário do Nordeste, 2024⁶). Água que poderia abastecer comunidades inteiras de todo o estado será utilizada para resfriar servidores que armazenam imagens, mensagens, transações — uma infraestrutura invisível, mas devastadora. Como pensar o design digital sem considerar esse impacto direto sobre o planeta e populações?

Essas práticas destroem ecossistemas e provocam apagamentos epistêmicos: apagam saberes tradicionais, modos de vida não modernos, linguagens, memórias, a própria possibilidade de outros mundos — o pluriverso, como ensinam Escobar, Osterweil e Sharma (2024). Assim, perguntamos: como o design digital pode operar de forma sensível a essas outras formas de mundo?

Uma resposta parcial chegou a mim, Elígia, por meio da cartografia sentimental (Rolnik, 1989). Esta, é uma metodologia afetiva, que escuta o vibrátil, o vivido, o deslocamento. Em vez de mapear para dominar, cartografa-se para se afetar e ser afetado, opondo-se à abstração colonial da técnica.

Ao lado disso, eu, designer-pesquisadora-professora, Cristina, proponho a ação de sentipensar o design como uma prática que combina pensamento crítico, afeto situado e cuidado (Ibarra, 2020). Fazer design é ato político: de quem escutamos, com quem projetamos, o que deixamos de fora. Se o design digital quer resistir à colonialidade, precisa reaprender a escutar, estar atento e presente na construção dos projetos.

Aqui, comunicação e design se cruzam ao rejeitar a ilusão da individualidade criticada por Escobar (2014). Propomos uma comunicação como saber coletivo e um design como práxis territorial e interdependente, enraizada na vida, linguagem e ancestralidade.

⁵ Datacenter é uma infraestrutura física que abriga servidores, sistemas de armazenamento e equipamentos de rede usados para processar, armazenar e distribuir grandes volumes de dados. Esses centros são essenciais para o funcionamento de serviços digitais como sites, aplicativos e plataformas em nuvem.

⁶ Disponível em: <<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/ceara/data-center-de-caucaia-tem-previsao-sobre-consumo-dagua-local-de-instalacao-e-licenca-aprovada-1.3658555>>.

3. Considerações (não) finais

O percurso deste artigo expõe uma ferida aberta: o design digital, longe de neutro, reproduz a lógica que sustenta a colonialidade do poder, do saber e do ser. Alimentados por ideais de objetividade, eficiência e progresso, os sistemas digitais construídos principalmente no Norte Global capturam corpos, memórias e territórios como dados puros — descontextualizados, desterritorializados e despolitizados. Essa captura não é nova: apenas atualiza o projeto colonial sob uma nova roupagem, silenciosa, técnica, perversa (Faustino, Lippold, 2023; Souza, Cassino, Silveira, 2021).

Assim, a resistência não está em recusar a tecnologia, mas em subvertê-la. É preciso enfrentar o fatalismo tecno-capitalista (Hui, 2020) que nos empurra para uma única história (Adichie, 2019) — a de que não há alternativa além do progresso digital concentrado, do extrativismo dos dados, da automação da vida. Como já nos ensinou Adichie (2019), o problema da única história não é que ela seja falsa, mas que ela é incompleta. Quando só temos uma história, não conseguimos imaginar outros mundos.

Mas eles já estão sendo cultivados — mundos onde corpos, afetos, territórios e saberes ancestrais são reconhecidos como epistemologias legítimas. Para Bispo dos Santos (2023), o saber está no chão, memória, corpo em movimento. Escobar, Osterweil e Sharma (2024), propõem transições pluriversais – múltiplos caminhos insurgentes. Os autores defendem seis estratégias para a transição pluriversal que, reconhecemos no design digital um terreno fértil para trabalhar:

- Recomunalização da vida social;
- Relocalização das práticas projetuais;
- Fortalecimento das autonomias;
- Despatriarcalização, desracialização e descolonização das relações sociais;
- Reintegração com a terra;
- Apoio a redes auto-organizadas.

Essas estratégias não são uma receita, mas um convite: um convite à imaginação política, ao desvio, à escuta profunda. Para nós, designers-pesquisadores, a pergunta que fica é: como podemos recusar a tentação de projetar para, e começar a criar com?

V COLÓQUIO DE PESQUISA EM DESIGN E ARTES

5, 6 e 7 de novembro 2025

Encerrando este ensaio, eu Elígia, me coloco em deslocamento. Sigo perguntando e aprendendo com a seguinte questão: Como aproximar o campo da comunicação e o campo do design para que nós, designers, aprendamos a criar em conjunto, em vez de apenas projetar para “usuários” que colocamos em caixinhas, deslocando-os do mundo ao seu redor?

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ALTHUSSER, Louis. Apud SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

ABRANET – Associação Brasileira de Internet. **Brasil é o 2º no mundo em tempo de tela: 9h32 por dia**. 2025. Disponível em: <https://www.abranet.org.br/publicacoes/noticias/4627>. Acesso em: 18 jul. 2025.

BUZON, Darin. **Design thinking é um rebranding para a supremacia branca**. 2020. Disponível em: <https://souzaeduardo.medium.com/design-thinking-é-um-rebranding-para-a-supremacia-branca-5839d772df51>. Acesso em: 18 jul. 2025.

CARDOSO, Rafael. **Uma introdução à história do design**. São Paulo: Blucher, 2003.

DIÁRIO DO NORDESTE. **Datacenter em Caucaia consumirá 2 milhões de litros de água por dia**. Fortaleza: Diário do Nordeste, 2024. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/ceara/data-center-de-caucaia-tem-previsao-sobre-consumo-dagua-local-de-instalacao-e-licenca-aprovada-1.3658555>. Acesso em: 18 jul. 2025.

ESCOBAR, Arturo. **Sentipensar con la tierra: nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia**. Medellín: Universidad Autónoma Latinoamericana – UNAULA, 2014. (Colección Pensamiento Vivo). Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/Colombia/escops-unaula/20171028025052/pdf_450.pdf. Acesso em: 06 de agosto de 2025.

ESCOBAR, Arturo; OSTERWEIL, Michal; SHARMA, Kriti. **Relationality: an emergent politics of life beyond the human**. Durham: Duke University Press, 2024.

IBARRA, Cristina. **Um tipo de Design Anthropology sentipensante?** 2020. Disponível em: <https://cris-ibarra.medium.com/um-tipo-de-design-antropology-na-colômbia-sentipensante-c83fc24474c7>. Acesso em: 18 jul. 2025.

V COLÓQUIO DE PESQUISA EM DESIGN E ARTES

5, 6 e 7 de novembro 2025

KRENAK, Ailton. **Futuro ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

MIGNOLO, Walter D. **Colonialidade**: o lado mais escuro da modernidade. 2017.

OKIDO, João Victor Nogueira. **História da tecnologia no desenvolvimento humano**. Rio de Janeiro: Autografia Editora, 2021. 94 p.

O'NEIL, Cathy. **Weapons of math destruction**. New York: Crown Publishing Group, 2016. 272 p.

PL 2630/2020 - **Projeto de Lei das Fake News**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2256733>. Acesso em: 18 jul. 2025.

ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental**: transformações contemporâneas do desejo. São Paulo: Estação Liberdade, 1989. 153 p.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

SANTOS, Antonio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

SILVA, Tarcízio. **Racismo algorítmico**: inteligência artificial e discriminação nas redes digitais. 1. ed. São Paulo: Edições Sesc, 2022. v. 1. 170p.

SOUZA, Joyce; CASSINO, João; SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. **Colonialismo de dados**: como opera a trincheira algorítmica na guerra neoliberal. São Paulo: Autonomia Literária, 2021.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância**. 1. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021. 800 p.